

INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 08 - SETEMBRO 2024 - INFORMATIVO DO COMITÊ PEIXE | GRUPO URUGUAI

Curso “Plano de Recursos Hídricos: da Elaboração à Implementação” é realizado com grande participação

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Peixe e Bacias Contíguas (Comitê Peixe) promoveu, na terça-feira, dia 01 de outubro, o curso “Plano de Recursos Hídricos: da Elaboração à Implementação”, com o objetivo de capacitar seus membros e parceiros para uma melhor compreensão dos processos envolvidos na gestão de recursos hídricos. O evento contou com a presença de 63 participantes, dos quais 17 eram representantes das organizações membro do Comitê. A capacitação, realizada ao longo de 4 horas, incluiu palestras informativas e uma sessão interativa para esclarecimento de dúvidas.

O engenheiro sanitário e ambiental e mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, Rafael Leão, foi o responsável pela palestra “Introdução ao Tema Plano de Recursos Hídricos”, na qual abordou aspectos fundamentais como a Lei Federal nº 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e fez um panorama dos cenários nacional e estadual referentes aos Planos de Recursos Hídricos (PRH). Ele também detalhou as etapas envolvidas na elaboração e implementação do PRH, destacando as instituições responsáveis por essas fases. Além disso, discutiu a importância do Plano Nacional de Recursos Hídricos e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, ressaltando a relação entre esses planos e os Comitês de Bacias Hidrográficas.

A engenheira agrônoma e doutora em Produção Vegetal, Cintia Hoffer da Rocha, apresentou a temática “Instrumentos de Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos”, explorando tópicos como a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a outorga de direito de uso da água, o enquadramento dos corpos d’água em classes conforme seus usos predominantes, e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos. Ela destacou como esses instrumentos se integram ao Plano de Recursos Hídricos, reforçando sua relevância para a gestão eficaz das bacias.

Na sequência, a engenheira sanitária e ambiental e mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, Laís Bruna Verona, discutiu o papel do Comitê no contexto da gestão de recursos hídricos, com ênfase na participação ativa dos colegiados na elaboração dos PRH. Ela falou sobre os desafios da implementação dos planos e a

importância da participação social nesse processo.

Além disso, o curso contou com um estudo de caso sobre a elaboração, aprovação e implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Canoinhas e Afluentes Catarinenses do Rio Negro, apresentado pelo engenheiro sanitário e ambiental e mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, André Leão, coordenador técnico da Entidade Executiva UNC e pelo engenheiro agrônomo Donato João Noemberg, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

A organização do curso ficou a cargo do Projeto de Fortalecimento dos Comitês de Bacias do Grupo Uruguai, executado pela Universidade do Contestado (UNC). O evento foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e da Secretaria do Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE).





Câmara Técnica de Crise Hídrica discute projetos importantes na Bacia do Rio do Peixe



Na tarde do dia 12 de setembro, foi realizada mais uma reunião da Câmara Técnica de Crise Hídrica (CTCH) do Comitê Peixe, cujo objetivo é auxiliar no debate das questões relacionadas a situações de crise hídrica, seja por escassez de água ou excesso de chuvas, além de contribuir na mediação e arbitragem de conflitos relacionados aos recursos hídricos.

A reunião teve como pauta principal a apresentação e discussão sobre o Diagnóstico das Estruturas de Saneamento Rural das propriedades da microbacia do Rio Água Doce, projeto que vem sendo desenvolvido pela Entidade Executiva UNC durante o ano de 2024, e tem como objetivo determinar as áreas prioritárias para implementação ou melhoria das estruturas de saneamento rural em 50 propriedades da referida microbacia.

A apresentação foi conduzida pela equipe técnica da Entidade Executiva UNC, especificamente pelo coordenador de projetos, Murilo Anzanello Nichele, e pela assessora técnica, Lais Bruna Verona. Durante a reunião, os técnicos apresentaram os objetivos específicos do projeto, bem como as atividades realizadas durante o ano para o cumprimento desses objetivos. Dentre as atividades, destaca-se a realização de reuniões da própria CTCH para a elaboração de um questionário para coleta de informações sobre as propriedades; a capacitação de técnicos agrícolas para aplicar o questionário; as saídas de campo nas 50 propriedades rurais; e a tabulação dos dados e definição da ordem de prioridade das propriedades que necessitam de intervenção para implantação ou melhoria das estruturas de saneamento rural.

Outra importante atividade desenvolvida no período foi a realização de reuniões para o firmamento de parcerias institucionais. Foram firmadas parcerias com a Prefeitura de Água Doce, para viabilizar o apoio logístico para a aplicação do questionário, e com o Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva - CEDUP, para dispor de técnicos agrícolas para aplicar o questionário.

Agora, em vias de finalização do projeto, a última etapa consistirá na elaboração do relatório síntese e na apresentação e divulgação dos resultados obtidos para os parceiros institucionais e para toda a comunidade. A intenção do Comitê Peixe, após a finalização do projeto, é possibilitar a sua aplicação em outras microbacias, com o intuito de fortalecer o saneamento rural de toda a bacia hidrográfica.





Presidente do Comitê será palestrante em evento sobre gestão de resíduos da produção animal

No dia 09 de outubro de 2024, o município de Videira, em Santa Catarina, sediará um importante seminário voltado à gestão de resíduos da produção animal, com ênfase na suinocultura. O evento será realizado no auditório da Estação Experimental de Videira, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), e contará com a presença de profissionais da área, técnicos, produtores e representantes das secretarias municipais de agricultura.

O objetivo principal do seminário é apresentar soluções técnicas para a gestão de resíduos sólidos e da água, dois dos maiores desafios enfrentados pela cadeia produtiva da suinocultura, que é uma das atividades econômicas mais relevantes da região.

Além das questões relacionadas diretamente aos resíduos, o seminário também abordará a gestão dos recursos hídricos, outro ponto sensível para a suinocultura. Maurício Perazzoli, presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, fará uma palestra sobre a outorga do direito de uso de recursos hídricos em Santa Catarina, explicando as regras e procedimentos que os produtores devem seguir para garantir o uso sustentável da água.

Com uma carga horária de 4 horas e um público-alvo composto por agentes de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), técnicos, produtores e gestores públicos, o seminário pretende promover uma ampla discussão sobre o futuro da gestão ambiental na suinocultura.

O evento, promovido pela Epagri e pela Embrapa, conta com 50 vagas disponíveis e promete ser uma oportunidade única para os participantes aprofundarem seus conhecimentos sobre as melhores práticas na gestão de resíduos, especialmente num setor que tem grande impacto ambiental e econômico na região de Videira e em todo o estado de Santa Catarina.

Além de fomentar o debate sobre soluções sustentáveis, o seminário contribui para a capacitação dos profissionais que atuam diretamente na cadeia produtiva, promovendo uma suinocultura mais responsável e comprometida com a preservação do meio ambiente.



Seminário
GESTÃO DE RESÍDUOS DA PRODUÇÃO ANIMAL

09 de outubro de 2024

LOCAL
Auditório da Estação Experimental de Videira - Epagri, Videira/SC

OBJETIVO
Apresentar soluções técnicas para a gestão de resíduos e da água ligados a cadeia produtiva da suinocultura

PÚBLICO-ALVO
Agentes de ATER, profissionais da área, técnicos e produtores ligados a cadeia produtiva, secretários municipais de agricultura

CARGA HORÁRIA
4 horas

VAGAS
50 vagas

PROGRAMAÇÃO

13h às 13h30: Recepção e Abertura

13h30 às 14h15: Tecnologias para destinação de animais mortos não abatidos
Everton Krabbe - Embrapa Suínos e Aves

14h15 às 15h: Uso da digestão anaeróbia como ferramenta de tratamento de resíduos e geração de energia
Airtón Kunz - Embrapa Suínos e Aves

15h às 15h15: Intervalo

15h15 às 16h: Transformação por meio da compostagem dos resíduos do abate e criação de suínos em fertilizantes de elevada qualidade
Rafael Ricardo Cantú - Epagri

16h às 16h45: Outorga do direito de uso de recursos hídricos em Santa Catarina
Maurício Perazzoli - presidente do Comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do Rio do Peixe e bacias contíguas

16h45 às 17h: Encerramento

APOIO
A.C.C.S.
Epagri

REALIZAÇÃO
Embrapa



Maurício Perazzoli
Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe



Universalização do Saneamento Básico será o tema do XVI Fórum do Comitê Peixe

A décima sexta edição do Fórum do Comitê Peixe já está sendo cuidadosamente organizada, e promete trazer muito conhecimento aos participantes, por meio de palestras com especialistas no assunto, que neste ano será a “Universalização do Saneamento Básico”. Previsto para acontecer em 05 de novembro, o evento será um espaço para discussão, compartilhamento de ideias e fortalecimento do compromisso do Comitê com a gestão dos recursos hídricos da bacia.

Nesse sentido, enquanto aguardamos a chegada do XVI Fórum, o Comitê Peixe vos convida a compreender melhor a importância do planejamento coletivo das águas e do saneamento básico. Confira!



O SANEAMENTO BÁSICO E O USO DAS ÁGUAS: Planejar coletivamente é preciso

O termo “saneamento básico” é definido pela Lei Federal nº 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água - desde a captação, o tratamento até a distribuição à população; de esgotamento sanitário - que engloba a coleta, o tratamento e o lançamento no ambiente; de drenagem urbana - que abrange as estruturas de coleta e escoamento das águas pluviais (das chuvas) e; de resíduos sólidos - que compreende a coleta, o tratamento e a destinação final adequada nos aterros sanitários.

No Brasil, o acesso aos serviços de saneamento básico está previsto na Constituição Federal de 1988, como um direito de toda a população. Em que pese haja a previsão constitucional desse direito, a realidade no país está muito aquém ou insuficiente para atender a maior parte da população brasileira. Cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água potável e, aproximadamente 50% da população não é contemplada com os serviços de coleta e tratamento de esgoto. Em âmbito estadual, os números demonstram que Santa Catarina já avançou em comparação à média nacional de abastecimento de água, pois cerca de 90% da população tem acesso a este serviço. No entanto, quando se refere a coleta e tratamento de esgoto sanitário, os números são preocupantes! Afinal, apenas 25% do esgoto gerado é coletado e 31% desse total é tratado.

Na Bacia do Rio do Peixe, que abrange 28 pequenos municípios, o serviço de abastecimento coletivo de água atende 79% da população. Estima-se que o percentual não atendido por esse serviço se dê em virtude das fontes alternativas de abastecimento, como nascentes e poços artesianos, utilizados principalmente nas áreas rurais dos municípios. Em relação aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, apenas 43% dos municípios possuem sistema coletivo. O baixo índice de atendimento pode ter relação com as características geográficas locais, de relevo bastante acidentado, e também com o perfil demográfico dos municípios, uma vez que mais da metade deles possuem menos de 5

mil habitantes, fator que pode contribuir com a inviabilidade financeira para implantação e manutenção de sistemas coletivos. Nesse sentido, os sistemas individuais tornam-se alternativas para a destinação final e adequada dos esgotos sanitários. No entanto, é necessário que haja orientação, manutenção e controle sobre esses sistemas, para que sejam eficientes e atendam aos padrões de qualidade.

A qualidade dos serviços de saneamento ofertados à população está diretamente relacionada com a qualidade e quantidade de recursos hídricos numa bacia hidrográfica, uma vez que a maior ou menor disponibilidade de água irá determinar qual o melhor planejamento a seguir e os investimentos e ações (de intervenção ou não) necessárias para o fornecimento dos serviços básicos.

Em uma bacia hidrográfica é de extrema importância que se tenha informações e conhecimentos técnicos sobre o atendimento aos serviços de saneamento básico, especialmente água potável e coleta e tratamento de esgotos nos municípios. Compreender as potencialidades e as fragilidades desses sistemas é fundamental para subsidiar estudos e elaborar planejamentos na perspectiva de realizar investimentos em obras e ações, a fim de assegurar que a bacia hidrográfica tenha água em quantidade e qualidade para atender a demanda dos múltiplos usuários e para a manutenção dos ecossistemas aquáticos.

Em suma, é direito universal o acesso aos serviços de saneamento básico, no entanto, é necessário que se tenha estudos e planejamento para viabilizar tal benefício. Para isso, é fundamental que o trabalho seja desenvolvido não somente por uma equipe técnica, mas, também, contar com o apoio de informações do poder público, dos usuários de água e principalmente, da sociedade civil organizada. É por meio do trabalho coletivo que os objetivos poderão ser alcançados.

Texto escrito pela engenheira sanitária e ambiental, **Laís Bruna Verona**.

